

INTERSECÇÕES LETAIS: UMA LEITURA SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA EM PATRICIA HILL COLLINS

Lethal intersections: a sociological reading of violence in Patricia Hill Collins

COLLINS, Patricia Hill. *Intersecções letais: raça, gênero e violência*. 1ª Ed. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024. 320 p.

Júlia Boanova Böhm¹

Resumo

Esta resenha discute o livro *Intersecções letais*, de Patricia Hill Collins, que analisa a violência como engrenagem cotidiana das relações de poder e das desigualdades sociais. A autora recorre à perspectiva interseccional e ao modelo dos quatro domínios do poder (interpessoal, disciplinar, estrutural e cultural) para acompanhar como diferentes formas de violência – visíveis e invisíveis – se combinam e definem quais grupos são mais expostos ao risco e menos reconhecidos como dignos de proteção. Ao longo dos capítulos, Collins trabalha com episódios concretos, como encontros letais com o Estado, tentativas de silenciar vozes políticas dissidentes, disputas em torno de símbolos nacionais, políticas armamentistas e práticas que tornam crianças e jovens descartáveis. O livro também examina experiências de resistência, ancoradas em iniciativas comunitárias, ações judiciais e intervenções culturais. A resenha enfatiza a utilidade do quadro analítico proposto para pesquisas sociológicas sobre violência interseccional, ao articular níveis micro e macro e ao legitimar materiais da cultura popular como fonte de análise.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Violência; Poder; Resistência; Desigualdades.

Abstract

This review discusses *Intersecções letais*, by Patricia Hill Collins, a book that examines violence as a routine mechanism within power relations and social inequalities. Drawing on an intersectional approach and the model of four domains of power (interpersonal, disciplinary, structural, and cultural), the author traces how different forms of violence – both direct and normalized – intersect to shape which groups are more exposed to risk and less likely to be recognized as worthy of protection. Across the chapters, Collins works with concrete episodes, such as lethal encounters with the state, attempts to silence dissident political voices, disputes over national symbols, gun policies, and practices that render children and young people disposable. The book also explores forms of resistance grounded in community organizing, legal action, and cultural interventions. This review highlights the usefulness of Collins's analytical framework for sociological research on intersectional violence, by connecting micro- and macro-level processes and legitimizing popular culture materials as empirical sources.

Keywords: Intersectionality; Violence; Power; Resistance; Inequalities.

¹ Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). <https://orcid.org/0009-0007-7937-7992>. E-mail: juliabohm@gmail.com.

Em um tempo em que a violência tende a aparecer como dado natural do mundo social, Patricia Hill Collins propõe olhar de perto as suas nuances. O livro parte de uma pergunta simples e incômoda – por que a violência é tão difundida? – para, então, defender que ela é elemento constitutivo das relações de poder e das desigualdades contemporâneas. Como sintetiza a própria autora, a violência “está disseminada precisamente porque foi e continua sendo essencial para manter as relações de poder” (Collins, 2024, p. 15-16). Para isso, Collins utiliza uma lente interseccional e um repertório de casos retirados da cultura popular e de acontecimentos públicos. Sua obra permite acompanhar os conceitos em ação por meio de episódios concretos e ficcionais, sendo um instrumento importante para entender a operacionalização deles na prática e, conseqüentemente, orientar como aplicar isso nas pesquisas sociológicas empíricas atuais.

A autora organiza o argumento em torno de “intersecções letais”, espaços em que a convergência de sistemas de poder (raça, gênero, sexualidade, classe, nação, idade) e seus dispositivos de controle potencializam danos com desfechos muitas vezes fatais. A ferramenta analítica que estrutura o livro é composta pelos quatro domínios do poder (interpessoal, estrutural, disciplinar e cultural) que são explicados na introdução do livro e que permitem ver como atos visíveis (uma abordagem policial, um feminicídio) dialogam com formas invisíveis e naturalizadas (regras, dispositivos institucionais, ideologias) que sustentam desigualdades e definem, seletivamente, o que conta ou não como violência. Collins observa que “às vezes é difícil definir a violência como violência” (Collins, 2024, p. 303). A narrativa alterna entre casos e reflexão teórica. O livro é dividido em cinco capítulos.

O primeiro é o capítulo mais didático para transformar a teoria dos quatro domínios em protocolo analítico, ou seja, é ótimo para “operacionalizar” os domínios em casos concretos. A leitura é acessível, contudo, dura, pela análise do material empírico. Ela é especialmente útil para pesquisas que queiram analisar a letalidade do contato com o Estado, do nível micro ao institucional. O capítulo trata de dois casos reais, a morte da srta. Dhu, mulher aborígene que denunciou a violência doméstica que sofria, mas foi

detida por falta de pagamento de multas e ignorada por policiais e profissionais de saúde na Austrália, falecendo por falta de cuidados médicos. E a execução de Philando Castile, homem negro alvejado numa abordagem de trânsito nos EUA, após ser parado mais de 40 vezes ao longo de sua vida. Com esses casos, a autora mostra como “intersecções letais” emergem quando os quatro domínios de poder se cruzam. No plano interpessoal, vemos o descrédito sistemático da dor da srta. Dhu e a suspeição automática sobre Castile, no domínio disciplinar vemos a vigilância racializada e que os protocolos de custódia/abordagem operam como tecnologias de controle que convertem pequenos contatos com o Estado em risco de morte. O domínio estrutural aparece em políticas e arranjos institucionais que criminalizam a pobreza (multas, detenções por dívida), naturalizam o encarceramento e blindam agentes após a letalidade, e, por fim, o domínio cultural-simbólico fornece as imagens de controle, por exemplo “mulher indígena manipuladora”, “homem negro perigoso”, que legitimam o descuido, o medo armado e, depois, a narrativa de “casos isolados”. A autora desloca a leitura da violência como um evento único para entendê-la como mecanismo de gestão da desigualdade, por meio do qual certas vidas são previamente marcadas como menos protegíveis, logo, mais matáveis.

O segundo capítulo é útil para pensar como a eliminação de determinados corpos tenta censurar enquadramentos políticos e por que certas ideias seguem difundidas mesmo após a eliminação de quem fala. Para isso, Collins parte do caso do assassinato de Marielle Franco, cuja voz pública confrontava a cidadania desigual nas favelas e o armamentismo. A autora mostra que silenciar corpos dissidentes é também tentativa de suprimir mensagens que reordenam o comum. Como sintetiza Collins,

Naquele seu discurso pelo Dia da Mulher, Marielle Franco falou contra as múltiplas formas de violência, apresentando uma análise que conectava as relações interseccionais de poder e a violência como problema social. Ela destacou como a existência em intersecções letais moldava as experiências de grupos como mães, mulheres negras, pessoas empobrecidas e crianças. A pobreza tinha causas estruturais associadas à raça. Ela também identificou a organização estrutural da violência, bem como as práticas disciplinares da polícia ao controlá-la (Collins, 2024, p. 119).

Collins lê o assassinato como tentativa de censurar mensagens perigosas ao *status quo* e questiona se matar a mensageira mata as ideias. Mas, ao discutir a persistência memorial e digital que essas ideias tiveram, salienta que elas sobrevivem quando enraizadas na experiência social – como foi o caso de Marielle Franco.

O capítulo 3, “Violência e identidade nacional”, é denso em exemplos. Ele busca analisar como símbolos públicos, mitos nacionais e políticas concretas (armas, polícia) se alimentam mutuamente. Aqui a autora oferece ferramentas para estudar a nação como dispositivo de violência, que podem orientar pesquisas sobre memória pública e policiamento. Isso exige, porém, cuidado ao utilizá-las como comparativo em pesquisas de outros contextos, por estarem ancoradas na experiência norte-americana. O capítulo, desse modo, examina como ideias sobre nação, raça, gênero e masculinidade moldam e legitimam formas de violência nos Estados Unidos. Collins mostra como ideias de supremacia branca, heteropatriarcado e nacionalismo se traduzem em instituições e práticas que organizam quem é protegido e quem é ferido. A partir da resignificação e posterior derrubada do monumento a Robert E. Lee, catalisadas pelo ciclo de protestos após o assassinato de George Floyd, Collins evidencia como símbolos públicos produzem memória e poder, e como contranarrativas disputam esse espaço. Em seguida, discute a violência armada como problema estrutural ligado a mitos nacionais, em especial o arquétipo do “homem solitário e sua arma”, destacando sua distribuição desigual (suicídios de homens brancos mais velhos e homicídios de jovens negros) e o policiamento diferencial. O capítulo organiza-se em torno da tensão entre a promessa de democracia participativa *versus* a realidade da cidadania desigual, presente desde a fundação dos EUA. Collins examina três frentes de ação que cobram responsabilidade do Estado e ampliam a democracia: a mobilização em Flint (justiça ambiental e racial diante da água contaminada), as ações judiciais ligadas a Sandy Hook (contra a indústria de armas e a desinformação) e o acampamento indígena de Standing Rock (luta por soberania e pela proteção da água).

No capítulo “Violência invisível”, Collins revela como a violência contra crianças e jovens é estruturada e normalizada por instituições e ideologias –

capitalismo, colonialismo, racismo e heteropatriarcado. Partindo do caso de Tuam, na Irlanda, onde restos de bebês “ilegítimos”, ou seja, sem registro sobre seus óbitos, foram encontrados anos depois em um antigo lar de menores, mostrou como certas infâncias são consideradas descartáveis. Além de discutir o trabalho infantil na Revolução Industrial e a infância escravizada, Collins analisou a política dos internatos indígenas em países de colonização branca como um projeto de genocídio cultural e formação de mão de obra barata. Ela conectou esses casos às formas atuais de tratamento de crianças e jovens, como catadores que sobrevivem da coleta de resíduos, crianças haitianas submetidas a trabalho doméstico não remunerado, crianças-soldado recrutadas por exércitos e milícias, e menores empurrados para migrações forçadas por guerras, perseguições e pobreza, para mostrar como risco e cuidado seguem distribuídos de maneira desigual. Ao final do capítulo, ela afirma que memórias, filmes e autobiografias funcionam como contranarrativas que tornam visível o que as estatísticas escondem. Ela destaca ainda a política da memória conduzida por mulheres, mães e avós – como as Mães da Praça de Mayo –, como força que recusa o esquecimento. O capítulo conclui com a afirmação de que pedidos de desculpas sem reparação e mudança institucional são insuficientes.

O último capítulo, “Resistindo à violência interseccional”, trata de movimentos locais que se formam em resposta à violência. Ele mostra, através de dois documentários e um caso de ativismo, como mulheres e jovens resistem à violência produzida pela combinação de racismo, heteropatriarcado, nacionalismo e capitalismo, mesmo quando não ocupam posições formais de poder. Partindo da ideia de que sobreviver já é um ato de resistência, a autora destaca que a eficácia da resistência depende de visão “a partir de baixo”, de ideias que nomeiem a violência, de *timing* e lugar, de persistência geracional e de alianças amplas. Para tornar isso concreto, o texto analisa três casos: (1) a *City of Joy*, onde sobreviventes de estupro de guerra transformam “dor em poder” por meio de cura coletiva, formação política e liderança comunitária; (2) *The People vs. Agent Orange*, que acompanha Tran To Nga (Vietnã) e Carol van Strum (EUA) contra os legados tóxicos da dioxina, expondo a responsabilidade estatal-corporativa e o papel de arquivos e

processos judiciais na luta; e (3) a *March for Our Lives*, mobilização estudantil nos EUA, que usa política cultural e redes digitais para enfrentar a violência armada e pressionar autoridades. Organizar comunidades possibilita cuidado coletivo, conectar lutas dispersas amplia a pressão social e torna a violência legível, e estas são estratégias centrais para enfrentar violências normalizadas e lembrar que testemunhar e agir podem abrir possibilidades reais de transformação.

Para a sociologia, o livro oferece três contribuições claras. Primeiro, a operacionalidade da lente interseccional aplicada à violência, não como justaposição de marcadores, mas como exame de como sistemas de poder se coconstituem em situações concretas. Segundo, a capacidade de articular níveis analíticos (do encontro interpessoal às instituições e às ideologias) sem perder de vista as mediações históricas e territoriais. Terceiro, a legitimação de materiais de cultura popular como dados sociológicos produtivos, desde que analisados com rigor e situados em disputas de poder (Collins, 2024).

O recurso a casos midiáticos facilita o diálogo público e permite analisar as conexões da violência em episódios amplamente conhecidos, tornando o livro legível para diferentes públicos. Essa estratégia ajuda quem está iniciando nos estudos de interseccionalidade a visualizar rapidamente como os domínios do poder operam em situações concretas, ao mesmo tempo que oferece a pesquisadoras e pesquisadores da área um conjunto articulado de ferramentas analíticas para aprofundar investigações próprias.

Um ponto que exige atenção é a circulação das análises entre contextos nacionais, sobretudo quando categorias formuladas em debates do Norte global são usadas para interpretar realidades latino-americanas e africanas. Essa transposição envolve riscos analíticos e demanda cuidado para evitar que diferenças históricas, políticas e epistemológicas sejam apagadas na comparação.

A escrita é direta e didática, sempre orientada pela pergunta política que encerra o livro: o que podemos fazer? Em vez de oferecer respostas fechadas, Collins acompanha experiências de resistência já em curso – comitês de familiares, centros comunitários, ações judiciais, mobilizações de jovens contra a violência armada – e mostra que resistir, muitas vezes,

significa organizar formas de cuidado coletivo e disputar publicamente o sentido da violência. Para docentes, pesquisadoras/es e leitoras/es interessadas/os em interseccionalidade, violência e esfera pública, *Intersecções letais* é uma leitura particularmente rica e necessária.